

Aureliano fará conferência amanhã e dará entrevistas

A "novela" da sucessão, ainda longe do desfecho

CARLOS CHAGAS

À maneira das novelas de televisão quando próximas de seu final, onde cada capítulo é mais emocionante e desconcertante que o anterior, a semana sucessória suplantou as já decorridas. Chegou aos píncaros em matéria de surpresas, fatos novos, inusitados e perplexidades. O problema é que essa novela não se encontra no fim. Mal começou, devendo prosseguir até setembro, com direito a prorrogação para janeiro.

Na segunda-feira, o primeiro ato. Os ministros militares, que se haviam reunido com o presidente João Figueiredo no final da semana passada, entregaram-lhe documento manifestando apreensão diante da campanha pelas eleições diretas e, uma vez mais, colocando-se inflexivelmente contra elas, que não admitem. Protestam contra o fato de as esquerdas haverem ganho as ruas e de os presidenciais do PDS estarem colocando em risco a unidade do partido. Verberam os perigos da argentinização do País, se a campanha prosseguir como vem e, por acaso, tornar-se vitoriosa. Por isso, não aceitam a realização de passeatas que possam significar pressão sobre o Congresso.

Figueiredo não teve outra saída senão, ouvindo seus auxiliares imediatos, retomar a iniciativa. Mandou convocar Aureliano Chaves, naquele dia iniciando viagem de campanha pelo Nordeste, e decidiu, logo depois, reunir todos os presidenciais. Precisava expor-lhes as apreensões, e, diante do vice-presidente, deixar clara a inviabilidade do restabelecimento imediato do pleito direto. Enquadrá-lo, obtendo dele compromisso de refluir nos comentários favoráveis à mudança institucional.

Anunciadas as convocações, começaram os boatos. O presidente renunciaria. Seriam adotadas as emergências constitucionais em São Paulo e no Rio de Janeiro, por conta da agitação popular e das campanhas de rua. Seria tentada a renúncia dos quatro candidatos pedessistas em prol da unidade em torno de um quinto. Até da possibilidade de Figueiredo anunciar seu engajamento formal nas eleições diretas se falou.

Quarta-feira pela manhã, os presidenciais chegam ao Palácio do Planalto. Falou-se que haveria, primeiro, uma reunião com o ministro Leitão de Abreu, só depois estariam com o presidente. Imaginou-se, antes, que fossem de um a um a Figueiredo, mas quanto à reunião preliminar com o chefe do Gabinete Civil, se foi mesmo marcada, gorou. Aureliano Chaves não se dispôs a ela, e apenas Paulo Maluf e Marco Maciel dialogaram com o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, em separado.

Abertas as portas do gabinete presidencial, às 9 horas, outra surpresa. O chefe do governo estava acolitado pelos chefes dos gabinetes civil, militar e do SNI, bem como pelo ministro-chefe do Conselho de Segurança Nacional, o ministro da Justiça e o presidente do PDS. Armara-se um cenário solene. O cerimonial encarregou-se de dispô-los na ampla mesa de reuniões, sem melindres, e terá sido apenas por coincidência que Aureliano Chaves ficou defronte a seus dois maiores adversários, Mário Andreazza e Paulo Maluf, postados lado a lado.

Figueiredo começou suas advertências lendo um texto que, depois, Paulo Maluf dirá a Calim Eid conter as assinaturas dos ministros militares. De qualquer forma, não referiu a origem. Pausadamente, enumerou suas preocupações, interrompido por Aureliano Chaves. Outros falaram, menos os generais Octávio Medeiros e Rubem Ludwig, e, até as 11h20, foram abordados assuntos referentes à sucessão e às eleições diretas. Mas o diálogo foi de surdos, pois Aureliano Chaves não admitiu ser enquadrado. Não se comprometeu a deixar de opinar favoravelmente às eleições diretas e nem aceitou celebrar com os demais candidatos pacto no senti-

do de que os derrotados na convenção apoiassem o vencedor, evitando rachas ou atitudes posteriores de rebeldia no colégio eleitoral. "Só se não houver aliciamento de votos", ele explicou olhando fixo para Maluf e Andreazza.

Os jornais de quinta-feira relataram com detalhes as diversas intervenções, não valendo repeti-las. Registre-se, apenas, ter havido um diálogo de surdos. Porque cada um saiu como havia entrado, sem a menor mudança em suas posturas. Soube-se que o vice-presidente, semanas atrás, havia proposto a Figueiredo uma renúncia coletiva dos presidenciais, mas quando o tema voltou, pela iniciativa presidencial, nem o ministro do Interior nem o ex-governador de São Paulo quiseram conversar. Suas candidaturas não mais lhes pertenciam, não poderiam recuar.

No âmago da questão estava o alerta dos ministros militares, contra as eleições diretas e a campanha popular desenvolvida em torno delas, por conta de efeitos perturbadores. Insurgiam-se, especialmente, diante da propalada marcha para Brasília, que as oposições desencadeariam no dia da votação da emenda Dante de Oliveira. A iniciativa, assim, passou para o PMDB, que logo marcou reunião de sua Executiva Nacional para sexta-feira, também na capital federal. Ulysses Guimarães chegou disposto a não recuar, não obstante o secretário-geral do partido, Afonso Camargo, haver sugerido a suspensão da passeata, capaz de servir de pretexto para grave crise. Afinal, cem mil pessoas na Esplanada dos Ministérios ou na praça dos Três Poderes cercariam o Congresso, ocupariam as galerias e impediriam o tráfego não só de deputados e senadores partidários das eleições indiretas que demandassem o local. Poderiam, mesmo, criar dificuldades para o deslocamento do presidente da República e de ministros de Estado, cem metros atrás. Isso, no mínimo.

O maior partido oposicionista acabou decidindo que realizará as passeatas, as manifestações e os comícios programados, mas evitará que a marcha para Brasília se efetue no mesmo dia da votação da emenda pelas diretas, no final de março ou no decorrer de abril. Uma vez marcada a data certa, pelo senador Moacyr Dalla, o PMDB se encarregará de fixar para alguns dias antes a concentração na capital federal.

Exceção de Aureliano Chaves, que adiou novo retorno ao Nordeste, permanecendo no Planalto Central, os demais candidatos seguiram logo para retomar suas campanhas. Andreazza foi para o Rio, satisfeito pela consolidação do processo indireto, da mesma forma como Maluf chegou ao Amapá, com sentimento igual. Marco Maciel conversou com o vice-presidente e viajou para São Paulo. Na bolsa das cotações, também nada se alterou. Hoje, mantidas as atuais regras do jogo, Paulo Maluf e Mário Andreazza dividem as preferências dos convencionais do PDS. Aureliano Chaves continua o mais popular dos quatro, junto ao eleitorado que não vai votar, e Marco Maciel trabalha para ser vice-presidente, importando menos de quem.

As eleições diretas permanecem sonho de noite de verão, apesar de contarem com o apoio maciço da população. Quem sabe por plano maquiavélico, perde a sociedade tempo precioso observando, discutindo e debatendo essas marchas e contramarchas sucessórias, enquanto a crise econômica e social, muito mais aguda, vem sendo relegada a plano inferior na imprensa, nas associações de classe e em segmentos sociais específicos. Apesar de se constituir, sem nenhuma dúvida, no mais perigoso barril de pólvora nacional, capaz de explodir muito antes que se saiba qual dos quatro candidatos subirá a rampa do Palácio do Planalto a 15 de março de 1985. Subirá? Nem pensar, se acontecer a explosão...